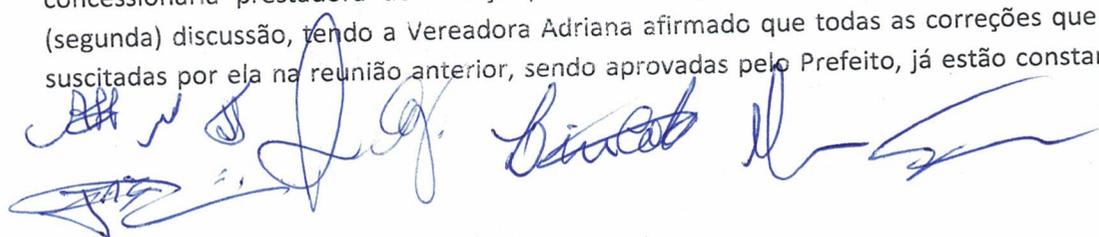
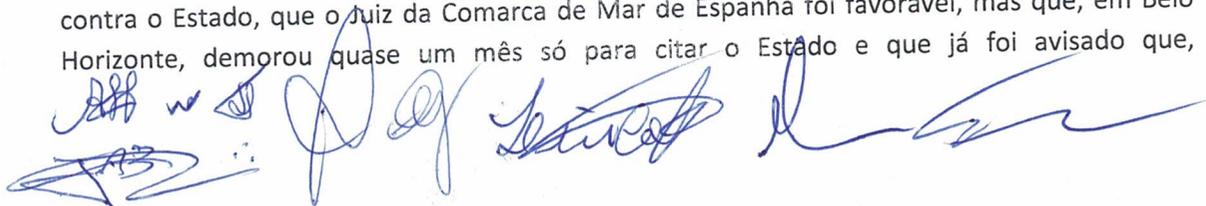


## Ata da Décima Sexta Reunião Ordinária de 2018

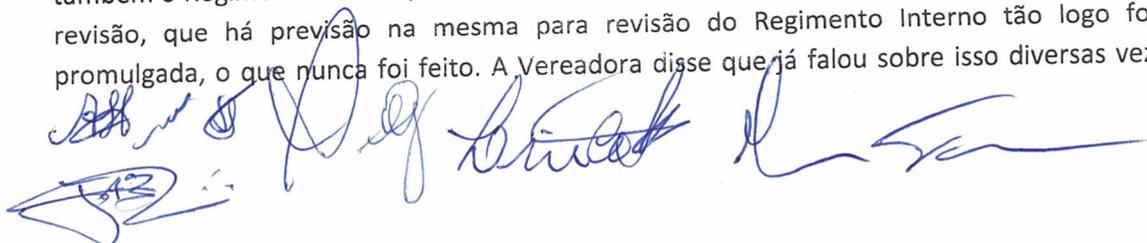
Aos 17 (dezesete) dias do mês de julho de 2018 (dois mil e dezoito), às 19 (dezenove) horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Mar de Espanha com a presença dos nove senhores Vereadores: Adriana Aparecida Halfeld Guerra, Alair de Rezende, Arnóbio Joaquim de Souza, Flavio Raviere de Castro, Jorge Ajax Brovini, Lincoln Rodrigues dos Santos, Marcílio Vieira Pacheco, Ronaldo dos Santos e Thalles de Souza Mazzi. Iniciada a reunião, o Presidente solicitou à Secretária que fizesse leitura da ata da reunião anterior, que, sendo lida, foi colocada em discussão e, posteriormente, colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Não havendo expediente, o Presidente deu início à Ordem do Dia, informando a distribuição do Anexo Substitutivo I do Projeto de Lei do Executivo nº 08/2018 (LDO). O Presidente colocou o Projeto de Lei do Executivo nº 09/2018, "que altera a lei nº 1.424/14 e dá outras providências", em 2ª (segunda) discussão, tendo o Vereador Alair se manifestado a favorável. A Vereadora Adriana frisou que é um projeto importante, pois trata de benefícios eventuais com os quais poderão ser contempladas pessoas carentes em situação de vulnerabilidade social, após estudo pela Assistência Social, podendo parecer coisas pequenas para quem não precisa, mas, para essas pessoas, ocorre em momentos cruciais da vida, é a tábua de salvação que a pessoa tem e que gostaria que tudo isso fosse levado em conta pelos demais vereadores. A Vereadora frisou novamente que os benefícios já estavam tacitamente incluídos, pois o inciso IV, do artigo 5º, já abria essa oportunidade, para que outros benefícios não constantes do rol taxativo da lei, fossem utilizados, para que as pessoas fossem contempladas e, desde já, se manifesta a favor do projeto. O Vereador Jorge disse assinar em baixo tudo que a Vereadora Adriana falou sobre o projeto, mas mantém o voto contra, em razão do prazo de retroação. O Vereador Alair disse que é um projeto para o bem da população, que a retroação já foi discutida em outros projetos, várias vezes na Casa, que como a própria Vereadora Adriana citou na reunião anterior, que isso é um excesso de zelo, por parte do Executivo, que beneficia o povo. O Vereador Jorge disse que o projeto não deixará de fazer bem para o povo, pois o projeto será aprovado, mesmo com o voto contra da oposição. O Vereador afirmou não ser contra o projeto, mas que votará contra, apenas pelo prazo da retroação. O Vereador Alair disse que é uma justificativa muito vaga. O Vereador Jorge disse que é mais um motivo de chegar em casa e deitar no travesseiro com a consciência tranquila, tendo o Vereador Alair respondido que se votar contra um projeto para o bem da população, independente de prazo, não consegue dormir não. O Vereador Jorge disse que está deixando claro não ser contra o projeto e sim contra o prazo da retroação e o Vereador Alair falou que quando é a favor de alguma coisa, ele vota a favor, que está havendo uma contradição. Após as discussões, o Presidente colocou o Projeto de Lei do Executivo nº 09/2018 em 2ª (segunda) votação, tendo os vereadores Jorge, Flávio, Marcílio e Lincoln votado contra e os vereadores Arnóbio, Alair, Adriana, Thalles e Ronaldo votado a favor, sendo o mesmo aprovado, por ter a maioria dos votos favoráveis. O Presidente colocou o Projeto de Lei do Executivo nº 10/2018, "que altera a lei nº 1.446/15 e dá outras providências" em 2ª (segunda) discussão e, não havendo debates, colocou em 2ª (segunda) votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente colocou o Projeto de Lei do Executivo nº 11/2018, "que atribui responsabilidade à concessionária prestadora de serviço público de água e dá outras providências" em 2ª (segunda) discussão, tendo a Vereadora Adriana afirmado que todas as correções que foram suscitadas por ela na reunião anterior, sendo aprovadas pelo Prefeito, já estão constando na



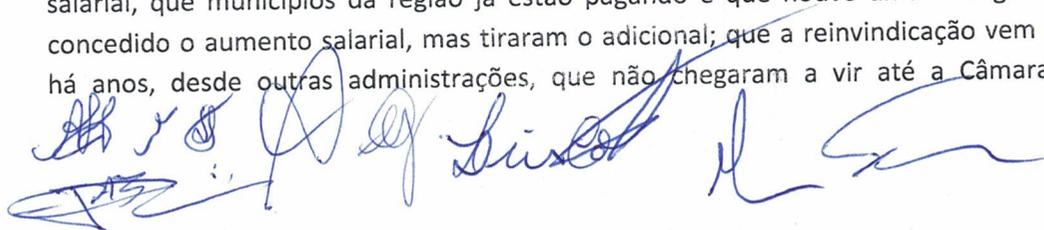
redação final do projeto, cujos avulsos já se encontram na posse dos Vereadores. A Vereadora disse que o Dr. Bruno, do Jurídico do Executivo, solicitou que fosse acrescentado “esgoto”, para não ficar somente “água”, muito embora a Vereadora não veja muita diferença, pois a COPASA no Município, é apenas para água, mas que, por excesso de zelo foi incluída a palavra “esgoto” também no projeto. O Presidente colocou o projeto em 2ª (segunda) votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou o parecer das Comissões com relação ao Projeto de Lei do Executivo nº 12/2018 “que dá nova regulamentação ao programa ‘Bolsa Saúde’, e contém outras providências”, tendo o Vereador Alair manifestado pelas comissões que o projeto está apto a tramitar. A Vereadora sugeriu que os pareceres sejam do conjunto de comissões e não apenas de uma comissão, como vem ocorrendo. A Vereadora também sugeriu, para fins de redação, que “per capita” seja escrito “per capita”, no inciso I, do artigo 10, uma vez que se refere à expressão latina que significa “por cabeça”. O Vereador Alair manifestou ser favorável à tramitação do projeto. O Presidente colocou o projeto nº 12/2018 em discussão, tendo a vereadora Adriana manifestado que o Bolsa Saúde foi instituído em 2014 em Mar de Espanha, juntamente com outros projetos da área social, como o Projeto Bolsa Cidadão e o Cesta Cheia e já foi alterado no ano anterior, portanto os vereadores já têm bastante conhecimento sobre o projeto e que as alterações são aproveitadas de uma decisão de instância superior e que passou a exigir o preenchimento de alguns requisitos para atendimento gratuito; ressaltou que o SUS é colocado como universal, devendo atender a todos, que prevê na Constituição Federal ser a saúde um direito de todos, que o próprio SUS se coloca como universal, porém foi iniciada uma discussão sobre a utilização do sistema por pessoas que têm plano de saúde, boa situação financeira, sendo que, muitas vezes, a marcação de exames e consultas pelo SUS estão sendo mais rápidas que pelos planos de saúde. Que esta situação foi levada a Justiça, sabendo-se que atualmente a judicialização da saúde é corriqueira, e foi considerado por decisão judicial de instância superior que quem tem plano de saúde ou não preenche os requisitos, não deveria concorrer com os carentes, em termos de SUS. A Vereadora disse que essas exigências colocadas pela instância superior foram aproveitadas para nosso Bolsa Saúde, até porque, assim como a nível federal, não se tem condições de cuidar de todos, não é justo colocar, municipalmente, quem é carente para concorrer com quem tem plano de saúde e boas condições financeiras. A Vereadora afirmou que estão sendo alterados alguns requisitos para os beneficiários, requisitos estes que já vem de decisões de instâncias superiores e que está inteligentemente sendo aproveitado pelo nosso Município, para condicionar o fornecimento dos benefícios do Bolsa Saúde, que seriam medicamentos, leite, fraldas, oxigenoterapia, dentre outros, sendo estes requisitos justos. O Vereador Jorge apresentou uma colocação sobre o artigo 2º, na parte que fala sobre as medidas complementares de baixa complexidade, que quando é assim, são valores pequenos, que cabe no bolso até de quem é bastante humilde, pois os convênios hoje são favoráveis, mesmo sabendo que o SUS detém uma cota que não é tão baixo, mas que é perdida durante o ano e que a alta complexidade é algo que continuará sendo judicializada, pois não tem caminhos, freios. O Vereador Jorge disse que a diferença que tem hoje e não tinha há um tempo atrás, é a acessibilidade que a população está tendo a todos os exames de alta complexidade. O Vereador Alair disse que essa parte de alta complexidade é muito complicada, que ele mesmo está passando por isso com a mãe dele, que teve que judicializar contra o Estado, que o juiz da Comarca de Mar de Espanha foi favorável, mas que, em Belo Horizonte, demorou quase um mês só para citar o Estado e que já foi avisado que,



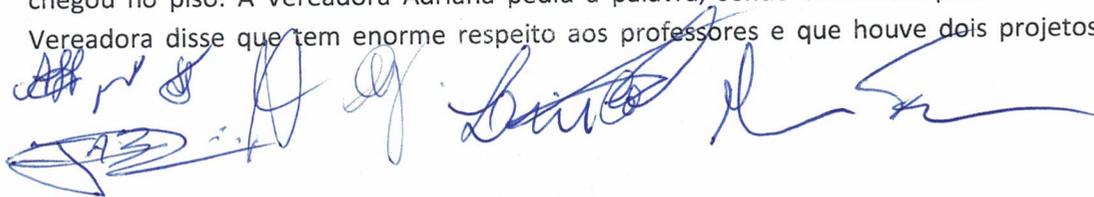
provavelmente, o Estado não irá cumprir de imediato e que encontra muitas dificuldades, pois os médicos comunicam à família como caso de urgência, mas geralmente se negam a colocar essa urgência no laudo. Findos os debates, o Presidente colocou o projeto nº 12/2018 em primeira votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou o parecer das comissões quanto ao projeto nº 04/2018, tendo o vereador Thalles manifestado que o parecer das comissões é favorável e que o projeto está apto a tramitar nesta Casa. O Presidente colocou o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 04/2018, que "Altera o artigo 23, da lei Orgânica do Município de Mar de Espanha e dá outras providências" em primeira discussão, tendo a Vereadora Adriana ressaltado que não foi à toa que o poder constituinte limitou o que está sendo pretendido, pois ele impôs o princípio republicano da alternância de cargos, que é extremamente importante, saudável em termos de democracia. A Vereadora disse que nesta Casa não devemos lidar questões pontuais, a lei deve ser abstrata, pois não sabemos se futuramente enfrentaremos problemas, pois a pessoa que está na direção de uma Mesa, não compete em pé de igualdade com as demais e não está falando isso para o atual Presidente, pois pelo princípio da anterioridade, ao ver da Vereadora, ele não poderia concorrer nas próximas eleições para o mesmo cargo, pois está sendo votado na gestão dele e que esta lei vigoraria apenas a partir de 2020; frisou que considera um passo no escuro. A Vereadora disse que, embora neste caso não haja obrigatoriedade de seguir a Constituição, não sendo caso do princípio da simetria porque o município é autônomo nisso, que a Lei Orgânica, neste caso, não tem que obrigatoriamente seguir o preceito constitucional, mas ainda assim, ressalta que teme que mais tarde, alguns dos vereadores se arrependam dessa decisão, caso aprovado, pois é uma situação melindrosa e há a quebra de oportunidades a outras pessoas, sendo radicalmente contra, considerando a ideia péssima. O Vereador Jorge manifestou que do mesmo modo que se tem um ganho com a alternância, há também uma perda, uma vez que quando se tem um Presidente que deixa os vereadores a vontade, que dá total condição de trabalho e tranquilidade para trabalharem, acompanhando os poderes superiores, que até em cidades próximas a Mar de Espanha, há a reeleição dos presidentes de Câmara que ocorre com tranquilidade. A Vereadora Adriana disse que alguns municípios reduziram o mandato para um ano e, aí sim, permitiram a reeleição, o que ela considera muito mais saudável, embora em um ano não dê para mostrar muito trabalho, que da forma que está sendo feito, um Presidente poderá ficar toda uma gestão e, talvez, com a utilização da força de quem está no poder para se manter, não seja tão valioso para os demais, ressaltando que não está pensando nos vereadores atuais e sim por incidir sobre outras gestões. O Presidente colocou o projeto em primeira votação, tendo a Vereadora Adriana votado contra e os demais vereadores votado favorável, sendo o projeto aprovado, por ter a maioria dos votos favoráveis. O Presidente solicitou o parecer das comissões quanto ao Projeto de Resolução nº 03/2018, que "Altera o artigo 36, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mar de Espanha e dá outras providências", tendo o Vereador Thalles manifestado que o parecer é favorável e está apto a tramitar nesta Casa. O Presidente colocou o projeto em discussão, tendo a Vereadora Adriana reiterado todas as suas colocações que fez com relação ao projeto da pauta anterior, por se tratar da mesma matéria, de incidência interna corporis, ressaltando que estão modificando a Lei Orgânica, alterando um artigo apenas, para poder haver a dita recondução, alterando também o Regimento Interno, sendo que a Lei Orgânica é muito antiga, que nunca houve uma revisão, que há previsão na mesma para revisão do Regimento Interno tão logo fosse promulgada, o que nunca foi feito. A Vereadora disse que já falou sobre isso diversas vezes,



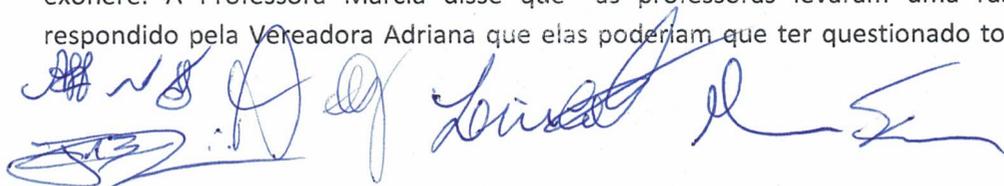
que em vez de os vereadores se reunirem para fazer uma revisão geral da Lei Orgânica e Regimento Interno, que ninguém se preocupa com isso, que estão apenas alterando questões pontuais de interesse atual dos vereadores e não questões de interesse de toda a comunidade. O Presidente colocou o projeto em primeira votação, tendo a Vereadora Adriana votado contra e os demais vereadores a favor, tendo o projeto sido aprovado, por ter a maioria dos votos favoráveis. Encerrada a Ordem do Dia, o Presidente deu início ao Horário Regimental. O Vereador Ronaldo apresentou Indicação verbal para colocação de quebra-molas na Avenida Bueno Brandão, em frente ao Mercado Magela e ao Posto de Gasolina e também perto do Abrigo e um pouco mais acima do Abrigo, na curva, pois ele foi procurado por moradores do local que estão reclamando dos carros e motos passando em alta velocidade nestes locais. O Vereador Ronaldo também apresentou Indicação verbal solicitando providências com relação aos funcionários da Prefeitura, que estavam podando árvores sem nenhuma proteção, na subida do morro do Virgílio, no Bairro Jardim Guanabara; o Vereador disse que chegou a falar com os funcionários sobre estarem sem proteção e os mesmos responderam que precisam de um aumento salarial pelo de tipo de serviço que fazem e o Vereador pediu que o Presidente solicitasse ao Prefeito para fornecer equipamentos de segurança para os funcionários. A Vereadora Adriana pediu aparte e, sendo concedido, afirmou que, se tem algum funcionário trabalhando sem equipamento de segurança, é por teimosia e desídia, pois os kits de segurança foram adquiridos pelo Prefeito e entregues aos funcionários, e que essa conduta é muito perigosa; aconselhou ao Vereador que, quando presenciar uma situação dessas, pedir ao funcionário que pare o serviço e vá pegar o seu kit, pois se acontecer algum acidente, tentarão responsabilizar o Município, sendo que o Município cedeu a contento todos os equipamentos necessários à segurança de seus funcionários e que eles têm que usar, não é opcional. O Vereador Ronaldo disse que já que os funcionários têm os kits, que o encarregado fiscalize eles durante a execução do trabalho. O Vereador Alair sugeriu que seja enviado um ofício para o Executivo com relação a esta situação. A Vereadora Adriana disse que o funcionário que se recusa a usar os equipamentos de segurança podem ser exonerados e que, se o funcionário estiver no período probatório e desobedecendo, pode estar se prejudicando muito. O Vereador Alair disse que se sugeriu o ofício, para que seja verificado se está ocorrendo omissão por parte do encarregado. O Vereador Jorge embora inscrito, se absteve de fazer uso da palavra. A Vereadora Adriana disse que, se houver necessidade, fará algum aparte, mas que o assunto que iria manifestar na sua fala do Horário Regimental, já foi debatido pela mesma durante a Ordem do Dia. O Vereador Alair, embora inscrito se absteve de falar. O Vereador Marcílio, embora inscrito, se absteve de falar. A Professora Creonice Stambassi Menegale, inscrita no Horário Regimental, disse que está ali representando as professoras do Município, para solicitar apoio aos vereadores sobre um documento que irão protocolar na Prefeitura, sobre o aumento salarial delas, que foi aprovado pelos vereadores, mas que, na prática, não ocorreu, que está ocorrendo uma contradição e que por isso convidaram o Senhor Vladimir Loures, presidente do Sindicato Intermunicipal dos Professores, para ajudar a expor a reivindicação delas. A Professora Cleonice disse que gostaria de deixar claro que não estão contra ninguém, nem administração, nem partido, que estão a favor delas mesmas, por considerarem terem sido lesadas; que a reivindicação é para receber o piso salarial, que municípios da região já estão pagando e que houve uma divergência, pois foi concedido o aumento salarial, mas tiraram o adicional; que a reivindicação vem sendo feita há anos, desde outras administrações, que não chegaram a vir até a Câmara, mas que



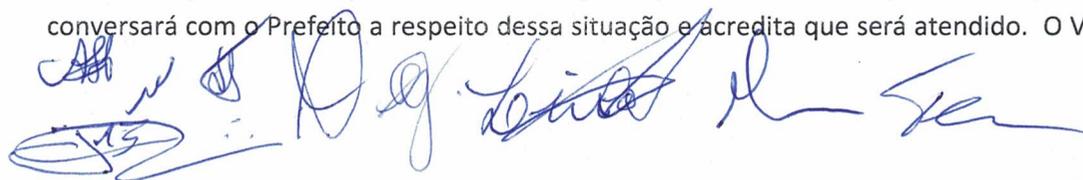
resolveram pedir apoio aos vereadores. A Professora disse que considera ter havido uma confusão, pois sempre são apoiadas pela atual administração, que tudo que elas reivindicam, tudo que pedem com relação a material são atendidas, mas que nessa questão de salário, ainda estão aquém, que sabem que com esta crise que o país está passando, por mais que gostem de trabalhar, precisam dos recursos, salários de acordo com o piso salarial. O senhor Vladimir Loures, Presidente do Sindicato Intermunicipal, inscrito no Horário Regimental, manifestou sobre o piso salarial, que há uma Lei Federal nº 11.738, que ela deveria estar sendo aplicada pelos municípios desde 2011 (dois mil e onze) e que as professoras de Mar de Espanha estão recebendo R\$1.332,00 (um mil, trezentos e trinta e dois reais), por 24 (vinte e quatro) horas semanais, o que proporcionalmente daria R\$1.473,00 (um mil, quatrocentos e setenta e três reais), tendo uma pequena diferença para o piso salarial. Disse, ainda, que a outra questão que foi colocada no projeto, é que estariam incorporando o adicional em troca do piso, que isso não pode existir, que são duas coisas distintas, que o adicional não ajuda em nada o professor na aposentadoria, mas que se corrigir o piso nacional do professor para 1.473,00, irão receber 15% acima desse valor, que na verdade, não ganharam esse aumento, pois irão perder o adicional. O Sr. Vladimir disse que estão ali para pedir aos senhores vereadores que peçam ao Executivo que cumpra a lei do piso salarial, que tem que haver a valorização do professor, que não é fácil ter 20 (vinte), 30 (trinta) alunos dentro de uma sala de aula, que, há pouco tempo, recebiam praticamente um salário mínimo; disse, ainda, que as professoras podem reivindicar os últimos cinco anos, em ação judicial, que é direito delas. O Presidente do Sindicato disse que não tem que se falar em parcelamento e, sim, em cumprimento da lei do piso salarial nacional, que, pelo cálculo, dentro do Município, não chegará a R\$6.000,00 (seis mil reais) por mês de reajuste, que as professoras acreditam que o Prefeito irá começar a pagar o piso salarial e também voltará com o adicional e solicita o apoio dos vereadores para convencer o Executivo a pagar o piso. O Vereador Alair disse que não acredita que haverá problemas quando chegar no Prefeito, pois como a Professora Cleonice disse, o Prefeito sempre atende às solicitações das professoras e se colocou a disposição para ajudar as professoras, mas que acha que é válido aguardar a resposta do Prefeito com relação ao documento que será protocolado no dia seguinte. A Professora Cleonice disse que as professoras vieram até a Câmara para pedir o apoio dos vereadores, tendo o Vereador Alair respondido que elas têm esse apoio. A Professora disse que muitas professoras não assinaram o abaixo assinado, não vieram na reunião, porque têm medo de perseguição política, de transferir de escola, etc, mas que ela não acredita que o Prefeito faria isso, por não ser da conduta dele. O Presidente do Sindicato disse que, não só em reuniões como essa, mas que em todas as reuniões, a população deveria participar, que em uma reunião em que foi apresentado um projeto que retira o adicional do professor, elas teriam tomado conhecimento naquele momento e sugeriu que os projetos vindos para Câmara com relação aos servidores, sejam discutidos antes com a categoria. O Vereador Alair disse que, infelizmente, as reuniões ficam vazias, que as pessoas só vêm quando existe um interesse específico. A Vereadora Adriana apartou, afirmando que houve uma reunião com o Prefeito e as professoras antes do projeto ser discutido na Câmara. A professora Cleonice disse que na reunião foi passado que teriam um aumento de 15,64% (quinze vírgula sessenta e quatro por cento) em cima do piso e que, na prática, houve esse aumento, mas foi retirado o adicional de regência e que nem assim chegou no piso. A Vereadora Adriana pediu a palavra, sendo concedida pelo Presidente. A Vereadora disse que tem enorme respeito aos professores e que houve dois projetos, que



agora são leis, a respeito de aumento salarial. A Vereadora explicou que em um dos projetos constava aumento de 15,64% (quinze vírgula sessenta e quatro por cento) e que, em momento algum, constou que era sobre do piso salarial; que no dia de discussão deste projeto, o Prefeito veio a esta Casa sanar as dúvidas referentes aos projetos e que o outro projeto era sobre a extinção do adicional de regência e a incorporação de mesmo percentual ao vencimento dos professores, o que também ficou muito claro nesta Casa e que, se as professoras quiserem, pedirá às secretárias que façam a leitura da ata, onde consta a presença do Prefeito, explicando e tirando todas as dúvidas dos Vereadores com relação aos projetos. A Vereadora disse que, como Líder de Governo, tem certeza que uma das preocupações do Prefeito é chegar a este piso salarial, mas que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe o teto de gasto com folha de pagamento em 54% (cinquenta e quatro por cento) e esse percentual não pode ser ultrapassado de forma alguma. A Vereadora disse que o Governador Pimentel não tem feito os repasses, que existe um débito de meio milhão, que os professores do Município já serão pagos neste mês de julho com reservas do município, que não tem nada do FUNDEB depositado pelo Estado, que o reteve na fonte e não repassou ao Município, e que, por ser reserva de contingência, não poderá ser repostada, ou seja, quando receber do FUNDEB, o Município terá que devolver, não podendo ser repassado para a rubrica de onde foi retirado. A Vereadora Adriana afirmou que a dificuldade de alcançar este piso é extrema, mas que sabe que o Prefeito já conversou com as professoras e que há um planejamento para atingir isso e que esse não atingimento do piso não é de agora, é uma dívida histórica, que nunca foi pago o piso pelas administrações anteriores. A Professora Cleonice disse que desde 2009 (dois mil e nove) estão na luta para conseguir esse piso que, inclusive, não foi pago antes; que entende a dificuldade do Município, mas que a classe está perdendo muito, que o aumento recebido foi diluído, uma vez que foi retirado o adicional. A Professora Márcia Linhares, embora não inscrita, solicitou a palavra e disse que existe um Plano de Carreira que foi muito batalhado pela Sra. Maria Lídia, enquanto Secretária de Educação, sendo informado pela Vereadora Adriana que, salvo engano, é a Lei 1.262/2009. A Professora Márcia questionou que o Plano de Carreira é um direito adquirido e não poderia ser mexido, e perguntou como isso funciona. A Vereadora Adriana respondeu que é através de lei, que leis são alteradas. A Vereadora disse, ainda, que o Estado paga mais, pois as turmas são muito maiores e que os valores repassados são por aluno. A Vereadora afirmou que para se chegar ao piso de uma só vez é muito complicado, que talvez se viesse desde administrações anteriores buscando alcançar o piso, seria mais fácil conseguir agora. O Presidente do Sindicato disse que não concorda com o que foi dito pela Vereadora, porque se trata de uma lei federal e a Vereadora Adriana questionou se não é obrigação imposta por lei federal também o governo estadual repassar para o município os valores do FUNDEB, tendo o Presidente do sindicato questionado se pode ser desobedecida uma lei federal e a vereadora respondeu questionando se a lei que impõe ao governo o repasse para o município pode ser descumprida, questionando se só o município é obrigado a cumprir, ao que o Presidente do sindicato disse que é questão de conveniência, tendo a Vereadora dito que se tem um respeito grande pela Educação, mas que o Presidente do Sindicato está querendo vender seu peixe de uma forma que não condiz com a realidade do Município. Foi sugerido por professoras presentes que teria de haver demissões, tendo a Vereadora dito que concorda em enxugar, que se tenham turmas maiores, que se demita, exonere. A Professora Marcia disse que "as professoras levaram uma rasteira", sendo respondido pela Vereadora Adriana que elas poderiam que ter questionado todos os pontos



na reunião que tiveram com o Prefeito. A Professora Marcia disse que o documento apresentado para elas então não foi o mesmo votado na reunião, que passaram uma lista de presença em branco e que as professoras estão com um processo contra a Prefeitura sobre o piso salarial, não assinaram essa lista de presença em branco, porque depois que foram entender que foi “uma rasteira”. A Vereadora Adriana disse que não vê desta forma, que colocou essas questões para justificar o fato de ainda não estar sendo pago o piso, mas que afirma ser uma das prioridades do atual governo chegar ao piso salarial, que será uma vitória para todos e que meios de viabilizar estão sendo estudados e afirmou que deseja muito que isso seja conseguido. A Vereadora Adriana disse o governo estadual age com irresponsabilidade, não somente na Educação, que em Minas Gerais toda são 6,8 (seis vírgula oito) bilhões de reais que o Governo Pimentel está devendo para os municípios e que, na semana passada, foi procurada por professores de outras cidades, pedindo uma Moção de Repúdio a este Governo Estadual, inclusive pelo que ele vem fazendo com os professores da rede estadual, ativos e inativos e outros pontos também e que isso deverá ser trazido a esta Câmara em breve e que como todos sabem que essa irresponsabilidade, esse calote do Governo Estadual, o quanto isso está prejudicando Mar de Espanha, que conta com o apoio de todos, caso seja aprovada a moção de repúdio e se colocou a disposição de todos e que torce para que cheguem a este piso e que espera que entendam as dificuldades do Município. O Vereador Jorge fez uso da palavra, solicitando que não fosse interrompido durante sua fala salvo pela Professora Cleonice o Presidente do Sindicato, Sr. Vladimir. O Vereador disse que estavam fazendo uma conta bastante simples e que protocolou nesta casa, há algum tempo, que se fizesse um estudo, um impacto financeiro para chegar o vencimento dos professores dentro do piso nacional e que até hoje não recebeu esta resposta. O Vereador disse que achou que seria algo assustador, mas que verificou que tudo que foi falado, chegou nas administrações anteriores e que a intenção não era definir em qual gestão não foi concedido o piso, que o problema dos representantes das leis no Município de Mar de Espanha é tentar solucionar o problema quando ele chega para eles, que não poderia chegar antes, porque não estavam nesta posição, então, o que veio agora é a diferença salarial, que é de R\$ 143,00 (cento e quarenta e três reais), são aproximadamente 43 (quarenta e três) professores, seria algo em torno de R\$ 6.149,00 (seis mil, cento e quarenta e nove reais) por mês aos cofres públicos e, com esse valor, ele corrige uma distorção que está vindo de outras gestões e que isso até politicamente para ele seria maravilhoso que importante é corrigir, questionando por que não o faz. O Vereador Alair manifestou que, da forma que o Vereador está dizendo, está virando discurso político, que outros vereadores já fizeram solicitações neste sentido e que na ata de quando o Vereador Jorge fez a Indicação, foi constado que outro Vereador já havia entrado com a mesma Indicação e que, agora, o Vereador Jorge está dizendo que é muito fácil. O Vereador Alair disse que acredita na boa vontade do Executivo e da Casa Legislativa em resolver essa situação, mas que não é tão simples, tanto que até hoje não foi resolvido, pois existe impacto financeiro e outros tantos fatores. O Vereador Jorge disse que a Vereadora Adriana também agiu dessa forma, falando do Governo Pimentel. O Vereador Alair concordou, mas que, por ser da situação, não estava incomodando, mas que agora está se sentindo incomodado. O Vereador Jorge disse que agora teriam que escutá-lo e o Vereador Alair solicitou providências ao Presidente, tendo o Presidente solicitado que sejam mais ponderados e disse às professoras que tem muito respeito por todas elas e que dá sua palavra que conversará com o Prefeito a respeito dessa situação e acredita que será atendido. O Vereador



Jorge disse que a última informação que tiveram da Planejar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, na reunião com as professoras, salvo engano, foi dito que o índice estava em 48% (quarenta e oito por cento), o que permitiria o aumento dos professores até o piso salarial, que não recebeu o retorno, mas que é isso ele gostaria de saber, pois não iriam pedir nada além do permitido. O Vereador Flávio pediu a palavra, sendo concedida pelo Presidente, e disse aos professores e ao Presidente do Sindicato, que o que depender da bancada da Câmara, eles poderão contar com eles e que nada mais justo eles receberem o piso. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião, determinando que fosse aguardado para que, em seguida, procedessem à reunião para terceiras votações dos projetos em pauta, para fins de redação. Para constar eu, Thalles de Souza Mazzi, layrei a presente ata. Sala de Sessões 17 (dezessete) de julho de 2018 (dois mil e dezoito).

